

COMU
NIDADES
LOCAIS E
CAMINHOS
DE SAN
TIAGO

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

ALIANÇAS
E AMEAÇAS

**COMU
NIDADES
LOCAIS E
CAMINHOS
DE SAN
TIAGO**

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

**ALIANÇAS
E AMEAÇAS**

COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO
ALIANÇAS E AMEAÇAS

Editores: Carlos Pazos-Justo | Beatriz Busto Miramontes | Susana Sotelo Docío

Paginação: Pedro Panarra

Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HÚMUS, 2022

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

1.ª edição: Dezembro de 2022

ISBN: 978-989-755-834-4

DOI: <https://doi.org/10.21814/1822.79820>

Os dez trabalhos recolhidos neste volume foram revistos num processo de avaliação cega por pares.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020.

ÍNDICE

- 7** **COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO.**
UMA INTRODUÇÃO
- 11** **NOMES DE LUGARES E PRÁTICAS CULTURAIS**
ATRAVÉS DE CLASSIFICAÇÃO DE DISCURSOS
ETIQUETAGEM DE ENTREVISTAS A VISITANTES
A SANTIAGO DE COMPOSTELA
Álvaro Iriarte Sanromán | Susana Sotelo Docío
- 35** **PATRIMONIALIZACIONES NEOEXTRACTIVISTAS:**
NUEVAS FORMAS DE DESPOJO EN ABYA YALA
Carina Jofré
- 69** **NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VISITANTES**
DO BRASIL EM COMPOSTELA:
PEREGRINAÇÃO SEM CAMINHADA E CONTEMPLAÇÃO DA CIDADE
Carla Nepomuceno | Roberto Samartim
- 97** **POR OUTROS CAMINHOS NOS CAMINHOS**
PORTUGUESES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
Carla Sofia Ferreira Queirós
- 119** **O DESENVOLVIMENTO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA**
NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS E DAS ASSOCIAÇÕES.
DA CULTURA AO TURISMO
Carlos Pazos-Justo | Álvaro Iriarte | Maria João Moreira | Inês Americano Lopes
- 143** **VISITANTES E ATIVIDADE COMERCIAL**
EM SANTIAGO DE COMPOSTELA:
RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL NO ANO 2015
Emilio V. Carral Vilariño | Marisa del Río Araújo

- 157** **O DESENVOLVIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO:**
UMA ANÁLISE À AÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO
PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ITINERÁRIOS
JACOBEUS NO NORTE INTERIOR DE PORTUGAL
Pedro Azevedo
- 181** **PEREGRINAÇÃO E COMUNIDADE LOCAL:**
O CASO DE ROMARIA – MINAS GERAIS
Raphael Campana Marinho
- 201** **SISTEMAS DEFENSIVOS DO LITORAL NORTE**
NO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA
Sérgio Veludo Coelho | Carla Sofia Ferreira Queirós
- 217** **EL CAMINO DE SANTIAGO:**
SENDA O PRECIPICIO?
Sílvia Pérez Freire | Fatima Braña Rey
- 231** **AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS**
NO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO
Vitor Ambrósio | Carlos Fernandes
- 259** **EPÍLOGO**
PEDRA-DE-TOQUE
Elias J. Torres Feijó

O DESENVOLVIMENTO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS E DAS ASSOCIAÇÕES. DA CULTURA AO TURISMO

Carlos Pazos-Justo*

carlospazos@elach.uminho.pt

Álvaro Iriarte**

alvaro@elach.uminho.pt

Maria João Moreira***

drmj3@gmail.com

Inês Americano Lopes****

a.ines.lopes@gmail.com

Este artigo tem como ponto de partida a análise e interpretação dos resultados obtidos no projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela (2021). Conciliando métodos qualitativos e quantitativos, consistiu na elaboração e execução de dois inquéritos direcionados aos municípios e associações vinculados ao Caminho Português da Costa, de modo a conhecer as atividades, ideias e perspetivas das diferentes entidades quanto ao processo de desenvolvimento do itinerário. Este permitiu, de modo geral, constatar que o desenvolvimento do Caminho Português da Costa e, por conseguinte dos caminhos de santiago em Portugal, cuja rede de itinerários é cada vez mais ampla e variada, é resultado de um intenso e *tardio* envolvimento mormente institucional. Impulso mais robusto e notório por parte das autarquias e entidades do turismo (nomeadamente do Turismo de Portugal e da Entidade Regional Turismo Porto e Norte de Portugal), que colocam o Caminho de Santiago como um elemento central e fundamental das planificações turístico-económicas

* Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6172-3059> 6050462000

** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0077-8843>

*** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

**** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

associadas à cultura. A emergência e sucesso dos caminhos jacobeus tem espoletado novas iniciativas, um pouco por todo o território luso e um maior e variado envolvimento de agentes, dando origem ao que denominamos *jacobeização* de outros fenómenos, como os intitulados caminhos de Fátima; dinâmicas que acarretam novos desafios e tornam prementes planificações sustentáveis e conhecedoras das reais potencialidades e impactos dos projetos turístico-culturais.

Palavras-chave: Caminho Português da Costa. Caminhos portugueses para Santiago de Compostela. Desenvolvimento. Perceções. *Jacobeização*.

This article has as its starting point the analysis and interpretation of the results obtained in the project “Os Caminhos de Santiago in Portugal. Public and associative policies on the Portuguese Coastal Way” funded by the Institutional Chair of the Way of Santiago and Peregrinacóns of the University of Santiago de Compostela (2021). Combining qualitative and quantitative methods, it consisted in the elaboration and execution of two surveys directed to the municipalities and associations linked to the Portuguese Coastal Way, in order to know the activities, ideas and perspectives of the different entities regarding the itinerary development process. It allowed, in general, to verify that the development of the Portuguese Way of the Coast and, therefore, of the Caminhos de Santiago in Portugal, whose network of itineraries is increasingly wide and varied, is the result of an intense and late involvement, mainly institutional. More robust and notorious impulse on the part of municipalities and tourism entities (namely Turismo de Portugal and the Regional Tourism Entity Porto and North of Portugal), which place the Way to Santiago as a central and fundamental element of tourist-economic planning associated with the culture. The emergence and success of the Jacobean paths has spurred new initiatives, all over the Portuguese territory and a greater and varied involvement of agents, giving rise to which we call Jacobization of other phenomena, such as the so-called paths of Fátima; dynamics that pose new challenges and make sustainable planning urgent and aware of the real potential and impacts of tourism-cultural projects.

Keywords: Portuguese Coastal Path. Portuguese pathways to Santiago de Compostela. Development. Perceptions. *Jacobeização*

1. Introdução

Apesar da denominada segunda *inventio*, ocorrida no último quartel do século XIX (Santos Solla, 2006) ou da sublimação nacional-católica durante a ditadura franquista, na qual cabe interpretar que ao impulsar o itinerário jacobeu legitimava as linhas de força do seu próprio ideário (Santos, 2006; Somoza & González, 2017; Villares, 2017), será apenas a partir da década de 80 do século

passado quando uma série de ações, de poliédrica agencialidade, darão lugar à *reinventio* do fenómeno jacobeu (Pazos-Justo, Del Río & Samartim, 2018). Em função deste processo, os caminhos de Santiago, particularmente o Caminho Francês e a própria cidade de Santiago de Compostela, alcançaram uma notável visibilidade internacional, recuperando de alguma forma a antiga capacidade de atração de origem medieval que tinha acabado por decair na época contemporânea (Lois & López, 2012).

Os fatores (político-)culturais determinantes da *reinventio* relacionam-se com (a) as várias visitas papais, (b) o interesse de diversas instituições que, por exemplo, promoveram a declaração da capital galega como Património Mundial da UNESCO e, pouco depois, em 1987, o Caminho de Santiago como primeiro Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa; (c) o *megaevento* promovido pela administração galega denominado *Xacobeo 93* (Santos, 1999 e 2006); noutro âmbito, (d) alguma da considerada exitosa produção literária do escritor brasileiro Paulo Coelho, particularmente *O diário de um mago* (1987) (Torres, 2011 e 2014).

A *reinventio* deve ainda ser entendida e interpretada tendo em consideração o seu contexto, ou seja, num tempo e num espaço em que a *cultura*, o património cultural, passam a ser equacionados como um fator central para o desenvolvimento (designadamente económico) das sociedades (UNESCO, 1998; Lopes, 2010; Rodríguez Morató, 2010; Paül i Agusti, 2013). Paralelamente, assistimos à emergência das cidades enquanto protagonistas da vida cultural, passando a funcionarem como objeto e sujeito privilegiado das políticas culturais (Rodríguez Morató, 2005; Bouzada, 2007 e 2008; Barbieri, 2014), em função do contínuo esvaziamento do papel do Estado no âmbito cultural a partir da década de 80 do século XX.

Neste quadro, marcado pelas dinâmicas globalizantes, bem como um maior protagonismo autárquico nas políticas culturais e a expansão do turismo como sector económico desejado apresenta-se o que podemos provisoriamente denominar de aliança entre cultura e turismo (Costa, 2005; Richards, 2014; Rodríguez Morató, 2010; ou, noutra direção, Ponte, Cruz & Álvarez-García, 2016; Soares & Coelho, 2020), sob denominações como *turismo cultural*, *turismo urbano* ou mesmo *turismo religioso*; e com impactos relevantes em várias dimensões.

O processo de desenvolvimento dos caminhos de Santiago em território português, particularmente o Caminho Português da Costa (doravante CPC), teve início, como tentaremos explicar de seguida, alguns anos mais tarde,

configurando-se, em geral, como um fenómeno com relevância só a partir de inícios do século XXI. Além de explicitar a metodologia aplicada, descreveremos analiticamente o processo de desenvolvimento dos caminhos de Santiago em Portugal, nomeadamente o CPC, e posteriormente indicaremos e analisaremos as perceções de associações e autarquias diretamente envolvidas no desenvolvimento deste último.

2. Metodologia

O presente trabalho está ancorado numa abordagem qualitativa e quantitativa. Após revisão da literatura sobre o objeto de estudo, foram elaborados dois inquéritos, um para os municípios e outro dirigido às associações vinculadas ao CPC de modo a conhecer as atividades, ideias e perspetivas das entidades inquiridas quanto ao processo de desenvolvimento deste itinerário. Os municípios inquiridos foram: Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Maia, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. As associações: Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, Associação Apoio Peregrino Caminho Português da Costa, Associação Espaço Jacobeus, Via Veteris – Associação Jacobeia de Esposende, Associação de Hospitaleiros Ventos Peregrinos, Via Portus Cale – Associação Internacional de Companheiros nos Caminhos de Santiago, Centro de Estudos Jacobeus – Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, Associação Monasterium de Leça do Balío e Associação de Peregrinos Via Lusitana.

Implementados (à distância em função das limitações impostas pela situação epidemiológica) entre março e maio de 2021, constituíam os inquéritos perguntas abertas e fechadas, organizadas em 5 blocos temáticos: política cultural, entendimento dos caminhos de Santiago (grandes objetivos e perceções), ações desenvolvidas, ações previstas e, por fim, parcerias.

3. O desenvolvimento dos caminhos de Santiago em Portugal. O CPC

Sem desconsiderar as numerosas iniciativas de diversas associações, jacobeias ou não (*cf.* D'Abreu, 2021), a afirmação por via institucional dos caminhos portugueses é, poderíamos dizer, tardia se comparada com o impulso decisivo por volta de 1993 na Galiza. De facto, só em 2007 identificámos, no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT; aprovado pela

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril), matéria elucidativa acerca do incipiente interesse pelos caminhos de Santiago nas políticas públicas do Estado português: na altura, o “Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal” considerou os caminhos de Santiago no Norte de Portugal como “Produto Turístico Prioritário”. Alguns anos mais tarde, na região Norte, surgiram diversas iniciativas com o concurso de vários agentes (também da organização Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular) que, em linha com a tendência de aliança entre turismo e cultura antes mencionada, atuam no sentido de afirmar e desenvolver por via institucional os itinerários jacobeus em Portugal (cf. Loza, 2015; Eixo Atlântico, 2017). Note-se que este percurso temporal coincide, no geral, com a decidida aposta pelo turismo como sector estratégico em Portugal, nomeadamente após a crise que teve início em 2008, com diversos e problemáticos impactos particularmente em cidades como Lisboa ou o Porto (Mendes, 2017; Malet, Gago, & Cocola-Gant, 2018; Silva, Ribeiro & Araújo, 2022). O processo de institucionalização dos caminhos portugueses de Santiago, por fim, tem como ponto alto ou data-chave a publicação em *Diário da República* do Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril (“Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”): por um lado, exemplifica o explícito interesse do Estado em intervir no desenvolvimento dos caminhos de Santiago; e, de um ponto de vista mais prático, senta as bases para o início do processo de certificação dos itinerários jacobeus em solo português, entre eles o Caminho Português da Costa (a 2 de fevereiro de 2022). O ano 2019 marca ainda a constituição da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, no dia 17 de maio, sendo que esta já constava no diploma *supra* referido, enquanto membro do Conselho Consultivo (órgão de consulta da Comissão de Certificação) (vd. <https://files.dre.pt/1s/2019/04/07600/0217202178.pdf>).

Todo este processo, aqui sinteticamente descrito, pode ser entendido como *tardio*, se comparado com o que o aconteceu na Galiza e noutros territórios vários lustros antes, como apontámos mais acima. Os factores, aqui formulados como hipóteses, por trás deste desenvolvimento *tardio* podem ser diversos. Caberia pensar-se no eventual desinteresse inicial do Estado português pelos caminhos de Santiago em função das dinâmicas de relação a vários níveis entre os dois estados ibéricos, designadamente nas décadas de 80 e 90 do século passado, ainda marcadas por uma gramática da distância ou afastamento, linha de força principal do relacionamento entre os dois estados no quadro ibérico na Época Contemporânea. Por outro lado, o facto

de as primeiras iniciativas de desenvolvimento surgirem tendencialmente circunscritas na região Norte (e não no centro económico e político português) poderá provavelmente não ter contribuído, num primeiro momento, para um processo de desenvolvimento acelerado.

Outros dois fatores terão, em nosso entendimento, um peso maior. O primeiro quartel do século XXI esteve marcado de alguma forma, em termos simbólicos e naturalmente religiosos entre outros, pelas comemorações do centenário das aparições de Fátima, no ano 2017. Note-se que os eventos à volta desta efeméride, contaram com a presença do líder da Igreja católica, despromovendo, hipotetizamos, um maior envolvimento desta instituição no desenvolvimento dos itinerários jacobeus portugueses. Só em 2017 os caminhos Portugueses a Santiago passam a integrar a Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial da Humanidade e, mais relevante, em 2018 o Turismo de Portugal (organização sob tutela do Governo português) lança o projeto Caminhos de Fé (vd. <https://pathsofffaith.com/pt-pt>) onde, além doutros produtos e serviços, são promovidos, sob a mesma narrativa e aparentemente sem hierarquias de qualquer espécie, os caminhos de Santiago e os caminhos de Fátima; e, diga-se de passagem, dando início a um processo que poderíamos denominar de *jacobeização* de Fátima que esperamos poder desenvolver noutra sítio.¹ Em linha com a iniciativa, Caminhos de Fé, verifica-se recentemente um maior envolvimento da Igreja católica portuguesa nas atividades de promoção e divulgação direta dos caminhos de Santiago, nomeadamente impulsionando o Caminho Minhoto Ribeiro (apresentado em Braga, em setembro de 2021, pelos arcebispos de Braga e Santiago de Compostela)² ou protagonizando eventos com clara orientação turística.³ Ainda neste capítulo caberia incluir o interesse pela dinamização dos itinerários jacobeus portugueses por

1 Uma rápida pesquisa sobre os materiais divulgativos mais atuais dos chamados caminhos de Fátima (<https://pathsofffaith.com/pt-pt/ways/caminhos-de-fatima>) indiciam este fenómeno em curso, a *jacobeização* de Fátima que, sinteticamente, parece pretender atualizar o fenómeno Fátima em função das ideias e práticas associadas aos caminhos de Santiago.

2 Vd. <https://www.diocese-braga.pt/noticia/1/30035>

3 Por exemplo, "PATHS FIDEL. Iconografia Mariana e de Santiago" (março de 2022), dirigida a "guias intérpretes, empresas turísticas e outros profissionais com atuação no setor, tem por objetivo fornecer instrumentos de identificação, análise e interpretação na área da iconografia, enquanto ferramenta essencial para a compreensão, descodificação e comunicação dos percursos devocionais e caminhos de peregrinação" (<https://www.bensculturais.com/snbci-noticias/865-paths-fidei>). Entre os membros do Conselho Consultivo da Comissão de Certificação estabelecida no Decreto-Lei nº51/2019, de 17 de abril, consta "Dois representantes da Igreja Católica" (<https://files.dre.pt/1s/2019/04/07600/0217202178.pdf>).

parte das organizações oficiais na Galiza responsáveis pela gestão dos caminhos de Santiago através de diversas iniciativas.⁴

Seja como for, a partir da primeira década do século XXI, os caminhos de Santiago começam a ser objeto da atenção de diferentes atores, em regra, de dimensão local e regional, com destaque para as associações e os municípios. Em função deste processo de desenvolvimento dos caminhos a Santiago, ainda em curso⁵, a rede de itinerários portugueses é a cada passo mais densa (vd. Figura 1), especialmente no Norte do país, proliferando, graças sobretudo a iniciativas municipais, novos caminhos e variantes. O último de que temos conhecimento (aprox. maio de 2022) é o projeto de “itinerário cultural” denominado Caminho Marítimo de Santiago em Portugal que visa “recriar, na costa portuguesa, a viagem da ‘Barca de Pedra’ que, segundo reza a lenda, no ano 40 do primeiro milénio transportou o corpo do Santo peregrino desde Jaffa na Palestina até Campus Stella na Galiza” (<https://www.caminhomaritimode-santiago.pt/projeto>). A seguir, na Figura 1, ilustramos um levantamento possível dos caminhos portugueses a Santiago atuais, em que constam itinerários com desigual consolidação e/ou grau de amparo oficial. Outros percursos (ou variantes) poderiam ser incluídos nesta aproximação, como o Caminho do Alijó ou o já mencionado Caminho Marítimo de Santiago em Portugal.

4 Para uma rápida ilustração deste interesse galego apontamos duas notícias jornalísticas, protagonizadas pelo, na altura (e atualmente Presidente do Governo galego), responsável pela pasta do turismo: (a) <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/caminhos-de-santiago-tem-novo-marco-no-porto--14172534.html>; (b) <https://www.publico.pt/2021/09/29/fugas/noticia/galiza-quer-caminho-portugues-santiago-porta-entrada-peregrinos-europa-1979244>

A Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo, assim referida, consta como membro do Conselho Consultivo da Comissão de Certificação estabelecida no Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril.

5 “Mirandela e Valpaços inauguram troço do Caminho de Santiago” era a elucidativa manchete publicada no jornal *Público* a 23 de maio de 2022 (vd. <https://www.publico.pt/2022/05/23/fugas/noticia/mirandela-valpacos-inauguram-troco-caminho-santiago-2007322>).



Figura 1. Mapa dos Caminhos de Santiago em Portugal, 2022.

Fonte: autoria de Miguel Ángel Fernández Ramírez.

Paralelamente, a afluência de pessoas peregrinas nos itinerários jacobeus portugueses tem crescido notoriamente durante os últimos anos. O Caminho Português, assim conhecido popularmente na Galiza, é o segundo grande itinerário, após o Caminho Francês, em número de pessoas peregrinas. Entre 2016 e 2019 o Caminho Português Central e o CPC, segundo dados da Oficina del Peregrino, foram os que mais cresceram; o CPC foi ademais o que experimentou a maior taxa de crescimento (*vd.* Figura 2). Em 2021, após as fortes restrições durante 2020 derivadas da pandemia da COVID, a afluência de pessoas peregrinas, sem chegar aos números de 2019, registou uma importante recuperação, sendo Portugal a segunda nacionalidade de origem. Neste mesmo ano, 2021, o 23,58% das pessoas peregrinas chegadas a Santiago de Compostela percorreram itinerários portugueses, sendo que menos da metade eram portuguesas.⁶

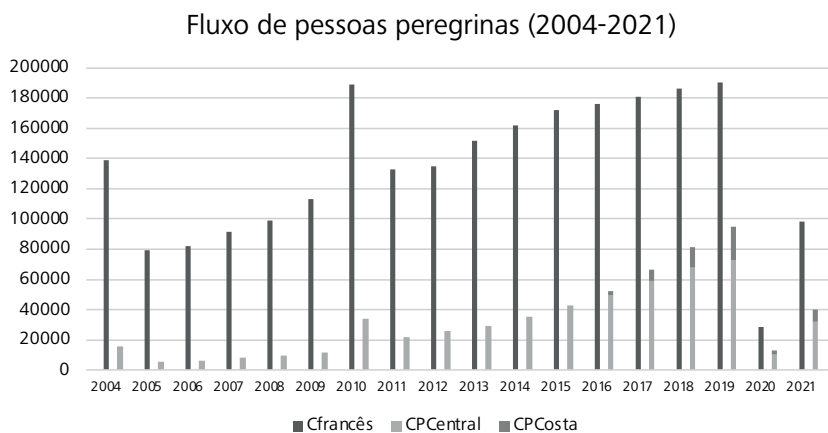


Figura 2. Fluxo de pessoas peregrinas (2004-2021).

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.

Neste quadro esquematicamente descrito, o CPC começa a ser desenvolvido por via institucional, através de uma iniciativa intermunicipal, “Caminhos de Santiago: O Caminho Português da Costa”, a partir de 2010.

⁶ Baseamo-nos aqui nos dados disponibilizados pela Oficina del Peregrino: <https://catedral.df-server.info/est/peregrinaciones2021.pdf>

O projeto, segundo a informação apurada, tinha como grande objetivo o “reconhecimento e qualificação do Caminho Português da Costa” por meio de “ações de Identificação e regulação do traçado, da disponibilidade de informação e sinalização do Caminho em todos os municípios, a consulta de informação histórica para contextualizar os bens culturais ligados ao Caminho e a promoção turística, cultural e social” (HIDRIA, 2017, p. 44). Vários anos corridos, os dez municípios atravessados por este itinerário desenvolveram o projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” (2015-2019), com um orçamento total de 2.157.784,76 € (até um 85% financiado pelo Fundo Europeu de Financiamento Regional [FEDER]) e cujo fim último foi “qualificar os ativos histórico-culturais públicos com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística regional e para o desenvolvimento do ‘turismo cultural’”.⁷ No âmbito deste projeto foram publicados dois volumes, *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa* (VV.AA. 2017a) e *Caminho Português da Costa. Estudos* (VV.AA. 2017b), assim como lançaram também uma página web conjunta (<http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>).

O CPC também foi objeto de atenção por parte de organizações oficiais da Galiza e do Norte de Portugal. “Facendo Camiño” é o nome do projeto promovido pelo Turismo Porto e Norte, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Axencia de Turismo de Galicia e a Agência de Cooperação Transfronteiriça Norte de Portugal – Galiza. Financiado pelo programa INTERREG Espanha-Portugal, com início em 2019, tinha por objetivo “Consolidar as rotas do Caminho de Santiago Português na Euroregião Galiza – Norte de Portugal (ERGNP) e impulsionar a sua utilização sustentável”.⁸ Antes, em 2016, o CPC tinha sido oficialmente reconhecido pela LEI 5/2016, de 4 de maio,

7 Fonte da citação: informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto em <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf>.

8 Mais em detalhe: Objetivos, atividades e resultados esperados/atingidos: Consolidar as rotas do Caminho de Santiago Português na Euroregião Galiza – Norte de Portugal (ERGNP) e impulsionar a sua utilização sustentável como um património cultural e natural transfronteiriço capaz de gerar turismo e atividades económicas que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico deste território. Contribuirá para proteger e valorizar o património cultural e natural como base económica de apoio da Euroregião (ER), atendendo a um recurso específico, o Caminho de Santiago, que apresenta grande potencial para o desenvolvimento socioeconómico deste território e cujo carácter transnacional o torna como um sinal de identidade e obriga a cooperação para a sua gestão, proteção, conservação, recuperação e promoção (<https://culturannorte.gov.pt/drcn/projetos-transnacionais/projeto-facendo-caminho/>).

do património cultural da Galiza que no artigo 73º/2 referia, entre outros, “o Caminho Português, interior e da costa” (https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2016/20160516/AnuncioC3Bo-110516-0001_pt.html).

Como já foi apontado, o CPC foi certificado a 2 de fevereiro de 2022, ao abrigo do Decreto-Lei nº51/2019, de 17 de abril, pela Secretária de Estado do Turismo e a Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural.⁹

3.1. Perceções de municípios e associações acerca do CPC

Questionadas acerca dos valores associados aos caminhos de Santiago, municípios e associações expressaram um entendimento claramente positivo. Dimensões como ‘História e património’, ‘Espiritualidade e introspeção’ e ‘Fé e religião’, foram, com alguns matizes, destacadas pelos inquiridos (vd. Figura 3). Para as entidades associativas, ‘Partilha, encontro e fraternidade, solidariedade’ é um valor principal enquanto as autarquias salientam também o ‘Turismo’, a ‘Tradição’ mas também ‘Estímulo de economia’ e ‘Projeção e visibilidade do Concelho’.

9 O documento oficial de certificação (Portaria n.º 67/2022, de 2 de fevereiro) refere:

Com 138 km de extensão, o Caminho Português de Santiago – Caminho da Costa atravessa os municípios de Porto, Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. O itinerário coincide parcialmente com a Via Veteris, referida nas Inquirições de 1258, que constituiu, durante séculos, a mais importante ligação entre o Porto e Vila do Conde. Para norte de Vila do Conde, embora se comprove a existência de uma rede viária muito antiga ao longo da planície litoral, a utilização do itinerário pelos peregrinos só ganha projeção a partir do século XVIII. O requerimento identifica testemunhos concretos de peregrinação e culto jacobeu ao longo do itinerário, incluindo oragos e locais de assistência, como o Mosteiro de Leça do Balio, o Mosteiro de Moreira da Maia, a Igreja de São Tiago em Castelo de Neiva, sagrada no século IX, o Hospital Velho e a Misericórdia de Viana do Castelo, o Hospital Velho e a Misericórdia de Caminha, o Hospital Velho de Vila Nova de Cerveira e o Paço do Outeiral. O reconhecimento do elevado valor patrimonial dos traçados históricos do Porto e de Viana do Castelo justifica-se pela autenticidade e integridade do itinerário, densidade do património edificado e beleza paisagística da envolvente. O pedido de certificação tem a concordância dos municípios atravessados e apresenta condições de segurança, transitabilidade, equipamentos de apoio e informação (<https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/67-2022-178532521>).

No documento de certificação cabe destacar a referência ao “elevado valor patrimonial dos traçados históricos” ausente nos outros dois itinerários entretanto certificados.

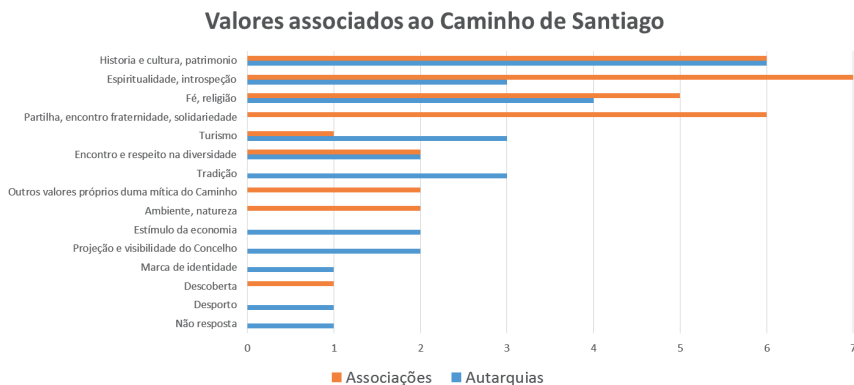


Figura 3. Valores associados ao Caminho de Santiago de associações e autarquias.

Fonte: elaboração própria.

Mais em detalhe, inquiridas acerca da relevância do desenvolvimento do CPC em relação a 9 parâmetros dados (*vd.* Figura 4), em que apresentamos a resposta mais frequente para cada pergunta: Importante simplesmente (3), Bastante importante (4) ou Muito importante (5), as respostas mostram mais uma vez uma perspetiva amplamente positiva quanto aos benefícios do CPC em diversas dimensões. Os municípios, em geral com parecer ligeiramente mais positivo, destacaram a importância em âmbitos como ‘Promoção da inter-relação com outros territórios’ (lembre-se que o projeto de dinamização do CPC foi protagonizado pelas 10 autarquias), a ‘Visibilidade exterior do território’ ou o ‘Desenvolvimento da economia local’. Já as associações ressaltaram especialmente os benefícios em âmbitos como o ‘Conhecimento do território por parte dos/as locais’, a ‘Promoção da coesão identitária e social da comunidade’ e também o ‘Desenvolvimento da economia local’.

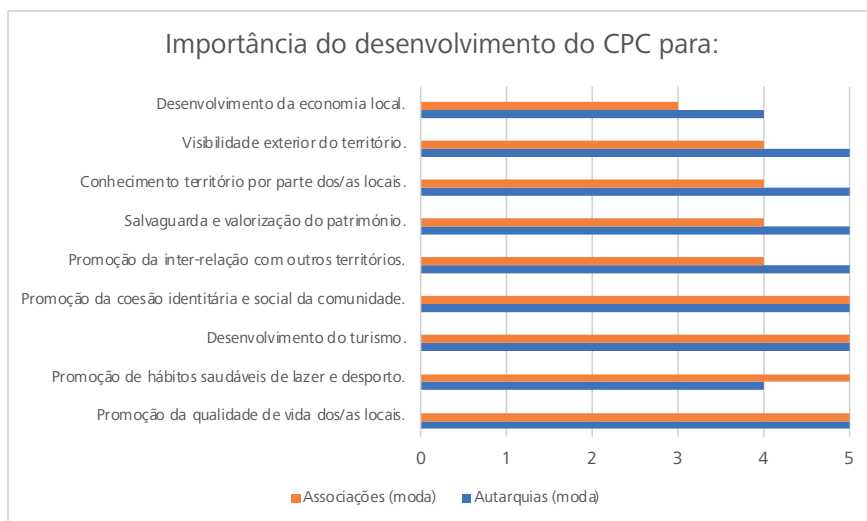


Figura 4. Importância do desenvolvimento do CPC para associações e autarquias.

Fonte: elaboração própria.

Várias questões focaram as perceções das entidades inquiridas acerca das comunidades locais de diversas perspetivas, entre as quais destacamos as seguintes. Em primeiro lugar, para a questão ‘Considera que o CPC faz parte da identidade local do seu concelho/território?’, as autarquias declararam uma perceção do CPC enquanto elemento forte da identidade local; esta perceção é moderada no caso das associações (que, em vários casos, não tinham vínculos diretos com os territórios atravessados pelo CPC). Das respostas e comentários dos inquiridos sim se pode inferir a perceção de um processo em curso pelo qual o CPC estará a ganhar espaço na dimensão identitária das comunidades. Por outro lado, à questão ‘Em que medida considera que a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?’ tanto associações como autarquias responderam ‘muito importante’ ou ‘bastante importante’.

Face ao exposto, em relação ao grau de envolvimento efetivo das comunidades no desenvolvimento do CPC as respostas (e os comentários dos inquiridos) mostram as associações a entenderem um menor *compromisso* da comunidade local, ao passo que, no geral, as autarquias responderam maioritariamente ‘Bastante’ ou ‘Muito’ (vd. Figura 5).

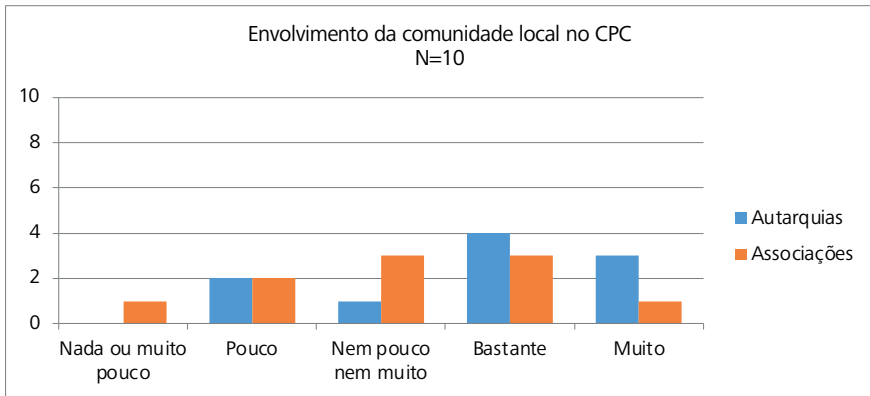


Figura 5. Envioimento da comunidade local.

Fonte: elaboração própria.

Ainda sobre as perceções acerca de CPC e comunidades locais, à questão ‘De que forma comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?’ as respostas mostram certa unanimidade: o papel mais relevante das comunidades locais, como maior expressão no dizer das autarquias, deverá ser o ‘Acolhimento de peregrinos’ e, em menor medida, a ‘Preservação/vigilância do estado do itinerário’. As funções pensadas para as comunidades locais podem ser consideradas como secundárias e até passivas (vd. Figura 6).

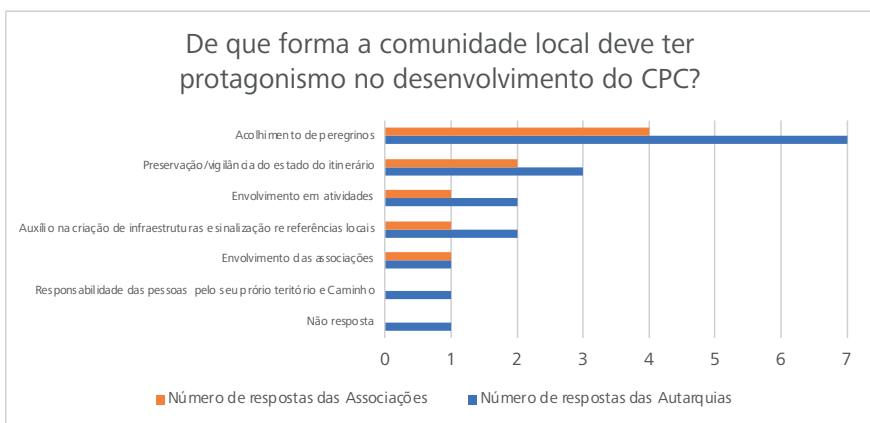


Figura 6. De que forma a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento.

Fonte: elaboração própria.

Noutra dimensão, perante uma série de parâmetros¹⁰ propostos para identificar os motivos da procura do CPC por parte das pessoas peregrinas, associações e autarquias destacaram sobretudo os parâmetros ‘litoral’, ‘paisagem’ e ‘que os caminhos estão na moda’; por outro lado, destacaram elucidativamente menos, especialmente as associações, ‘a procura da autenticidade’, o que interpretamos com um indício forte do entendimento do CPC enquanto itinerário não marcado pela sua dimensão histórica ou patrimonial (cf. nota 9). Confrontados com ‘Até que ponto o aeroporto do Porto é um elemento importante para a atratividade do CPC?’ as respostas evidenciam uma unanimidade (vd. Figura 7) entre associações e autarquias acerca da relevância do Aeroporto Internacional Sá-Carneiro enquanto elemento basilar por trás do rápido crescimento do número de pessoas peregrinas no itinerário em foco (cf. González & Pereiro 2021).

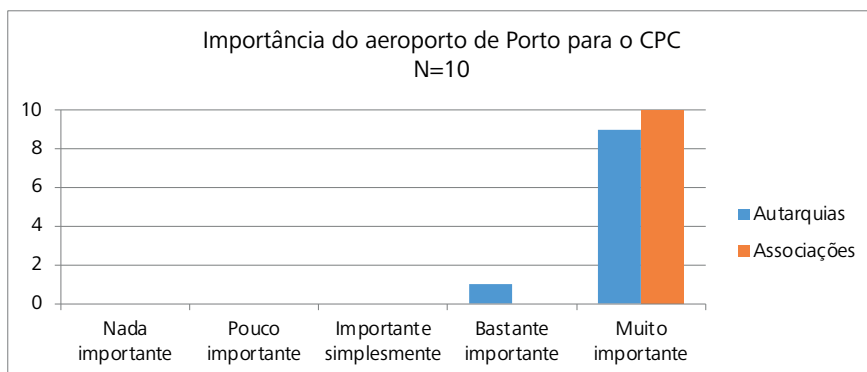


Figura 7. Importância do aeroporto do Porto para a atratividade do CPC.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos impactos sentidos ou possíveis derivados do desenvolvimento do CPC as percepções são elucidativamente diversas: para as câmaras municipais não há, em regra, impactos negativos assinaláveis, ao passo que o grande benefício identificado é o ‘Desenvolvimento turístico-económico’ (vd. Figuras 8 e 9); já para as associações a dimensão turístico-económica, sendo a

¹⁰ ‘As suas condições’, ‘Que os caminhos “estão na moda”’, ‘O património e a cultura’, ‘A procura da novidade’, ‘A procura da autenticidade’, ‘A paisagem’, ‘O contacto com a natureza’, ‘O litoral’ e ‘A distância’.

principal, tem menor expressão, surgindo uma panóplia de outros benefícios ao passo que são identificados um número expressivamente maior de alertas no que diz respeito aos impactos negativos do CPC, sendo a ‘Massificação e turistificação do Caminho’ ou a ‘Diluição do Caminho numa lógica económica’ os principais problemas identificados. Com efeito, perante a questão ‘Considera possível enfrentarem um problema de massificação?’ só as associações responderam indicando ser este um desafio claro e concreto; as respostas das autarquias, no geral, desvalorizaram em boa medida esta possibilidade.

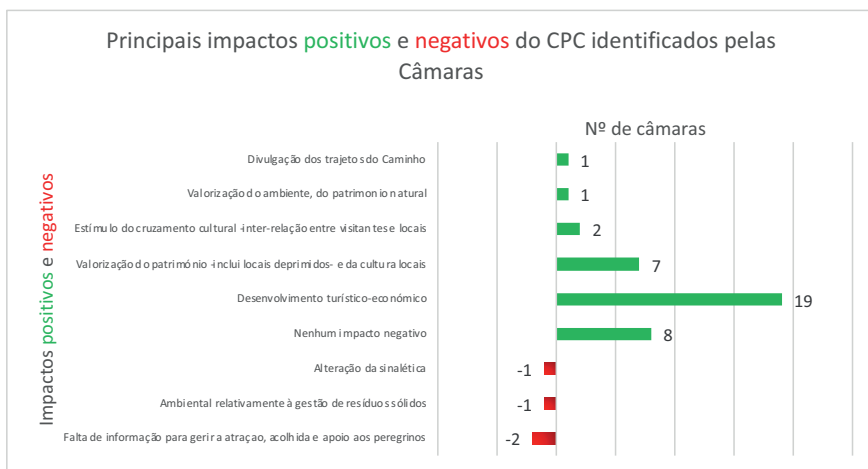


Figura 8. Impactos positivos e negativos do CPC identificados pelas câmaras municipais.

Fonte: elaboração própria.

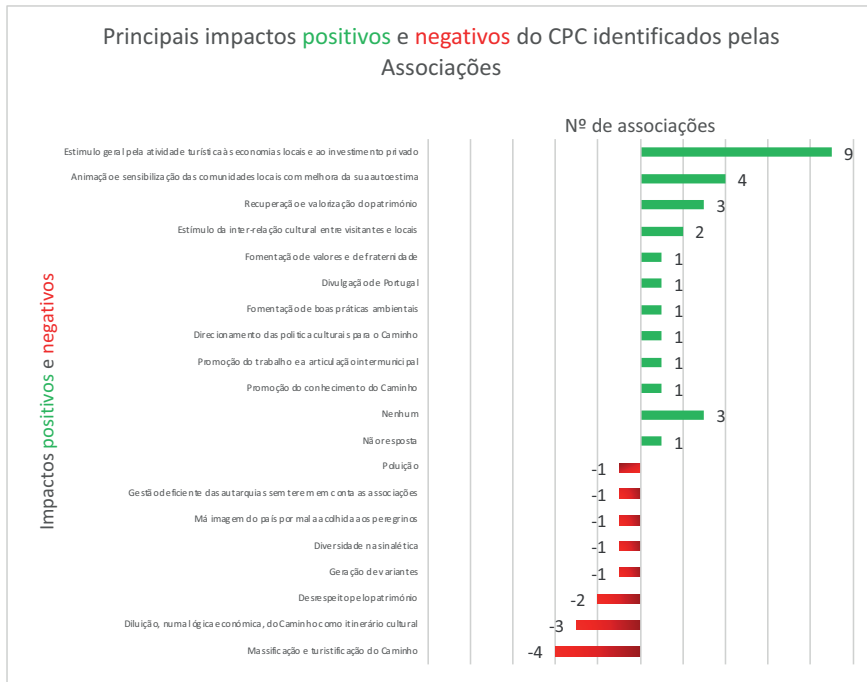


Figura 9. Impactos positivos e negativos do CPC identificados pelas associações.

Fonte: elaboração própria.

Por último, apontamos um dado aparentemente secundário mas que, em nossa análise, tem um importante valor explicativo: no protocolo estabelecido para o contacto prévio com as câmaras municipais, dirigimo-nos sempre à/ao Presidente da autarquia, solicitando “indicasse um representante do Executivo camarário que possa responder o questionário”. O perfil das pessoas realmente entrevistadas (vd. Tabela 1) mostra que os vereadores/as ou técnicos/as estavam em 7 casos (sobre 10) vinculados ao turismo e só apenas 2 casos à pasta da cultura (sem economia), o que revela, interpretamos, um entendimento maioritário do CPC como um fenómeno particularmente importante para o âmbito de gestão turística (e económica) das câmaras municipais inquiridas.

Tabela 1. Perfil e pelouro associado à pessoa entrevistada das câmaras municipais.

Perfil entrevistado	Divisão/Setor
Membro executivo camarário	Turismo, Economia; Comércio; Projetos Europeus
Membro executivo camarário	Turismo, Cultura; Desenvolvimento Económico; Inovação e Modernização; Polícia Municipal; Gestão do Património; urbanismo
Técnico camarário	Turismo, Cultura e Comunicação
Técnico camarário	Turismo
Membro executivo camarário	Turismo; Desenvolvimento Económico; Agricultura e Pesca
Técnico camarário	Desenvolvimento económico e empreendedorismo
Membro executivo camarário	Cultura
Membro executivo camarário	Turismo, Cultura, Economia; Comunicação; Relações Internacionais; Finanças e Planeamento Estratégico; Emprego e apoio às empresas; Coord. e administração geral; Participação e modernização Administrativa; Gestão do Património
Membro executivo camarário	Cultura; Ação Social; Educação e Juventude; Recursos Humanos; Cooperação Transfronteiriça e Geminações; Associativismo
Técnico camarário	Turismo e Cultura

Fonte: elaboração própria.

Os representantes das câmaras municipais, por fim, apontaram 2 parceiros estratégicos nos trabalhos de desenvolvimento do CPC: (a) o conjunto dos 10 municípios envolvidos no projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” já referido; e (b) o Turismo do Porto e Norte de Portugal, agência governamental cuja missão é “Promover e Desenvolver a cadeia de valor do Turismo da Região Porto e Norte de Portugal” (<http://www.portoenorte.pt/pt/informacao-institucional/missao-e-visao-da-entidade-regional/>).

4. Síntese conclusiva

Enquanto escrevemos este texto, as cidades de Santiago de Compostela e Braga formalizaram a sua geminação (9 de maio de 2022) o que, à luz das informações a que temos acesso, esteve também marcada (iniludivelmente?) pelo fenómeno jacobeu:

Foi ainda manifestada a vontade comum de fazer da cooperação turística um dos eixos fundamentais do acordo, sobretudo para trabalhar a promoção e dinamização do Caminho Português de Santiago, o que tem registado o maior crescimento nos últimos tempos. Nesse sentido, no dia anterior à assinatura deste acordo, membros das duas delegações municipais percorreram o último troço do Caminho – desde o Monte do Gozo até à Plaza del Obradoiro.¹¹

Esta e outras notícias que vão sendo publicadas em Portugal, no Norte particularmente, espelham a notória visibilidade do fenómeno jacobeu em determinados campos sociais, e especialmente em numerosos gabinetes de comunicação autárquicos. Aparentemente, num período de aproximadamente 15 anos, o Caminho de Santiago passou de ser um fenómeno muito minoritário, escassamente conhecido e promovido por um número reduzido de associações (com destaque no caso do CPC para a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, criada em 2005) para se converter, na atualidade, num fenómeno principal da planificação turístico-económica(-cultural?) de muitos territórios assim como uma realidade próxima das comunidades afetadas. Com o concurso de associações e, sobretudo, instituições autárquicas, regionais e do Estado, mas também da Igreja católica ou do governo galego, os caminhos de Santiago, o CPC em particular, são hoje uma plataforma recorrente para o lançamento de projetos de dinamização turístico-cultural em Portugal.

Diferentemente ao que aconteceu na Galiza durante os primeiros anos da *reinventio*, o caso do CPC informa de um processo de desenvolvimento marcado por um forte impulso (uma aspiração, poderíamos dizer) turístico-económico. As planificações autárquicas para CPC não se coadunam, no geral, com objetivos de política cultural mas antes com estratégias turístico-económicas. Informa também, em nosso entender, da vitalidade da aliança entre turismo e

¹¹ Fonte: <https://www.correiodominho.pt/noticias/braga-e-santiago-de-compostela-unem-forcas-e-formalizam-acordo-de-geminacao/137354>

cultura em que parecem ganhar força os objetivos turístico-económicos face aos culturais-patrimoniais. Neste sentido, verificámos a tendência para não estarem envolvidas nos processos de planificação e implementação organizações sociais e/ou culturais ou as próprias comunidades locais, ao passo que ganham protagonismo instituições do turismo nacionais e regionais como o Turismo de Portugal, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e, em menor medida, a Igreja católica ou a Xunta da Galiza.

Os dados levantados também evidenciam a existência de uma crença unânime nas possibilidades várias que os caminhos de Santiago podem significar e igualmente um menor interesse dos agentes envolvidos (com a exceção parcial das associações) em conhecer os efeitos que o desenvolvimento do CPC podem implicar para os territórios, para além da (desejada) dinamização económica.

A análise do desenvolvimento do CPC situa-nos provavelmente perante um caso paradigmático no contexto português porquanto vários dos elementos aqui assinalados poderão estar a funcionar noutros percursos consolidados ou em fase de afirmação. O sucesso do CPC ou do Caminho Português Central (medido aparentemente apenas em função do número de pessoas peregrinas) parece ter contribuído para o surgimento de numerosas iniciativas jacobeanas (*cf.* Figura 1) com protagonismo das câmaras municipais e apoio estatal e/ou da Igreja católica. Cabe apontar o maior número de iniciativas a surgirem no Norte português, muito provavelmente também em função da conjuntura propícia que significa o conjunto mais vasto de iniciativas de articulação no âmbito da Euro-região Galiza-Norte de Portugal (*cf.* Cadima Ribeiro, 2021). A medida da força do fenómeno jacobeano em Portugal hoje reside, em última instância, no facto de estar a funcionar, acreditamos, como modelo (e, outra vez, aspiração) do processo de atualização do fenómeno Fátima (“Caminhos de Fé”), fenómeno que, como se sabe, tem um papel não menor no imaginário coletivo português.

Por fim, a exposição até aqui feita enforma um desafio fundamental: no atual contexto de aliança entre turismo e cultura, o desenvolvimento do fenómeno jacobeano (e outros) precisam de projetos informados, com planificações sustentáveis e conhecedoras das reais potencialidades e impactos.

Financiamento: Este trabalho é resultado do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago, no âmbito da Convocatoria de 21 proxectos de investigación, difusión e didáctica sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións a Compostela

Agradecimentos: ao Dr. Luis Gustavo Cuntín Docampo pelo apoio na elaboración dos inquéritos e a codificación de datos cualitativos; ao Dr. Miguel Ángel Fernández Ramírez pela elaboración *ad hoc* do mapa incluído neste trabalho.

Referências

- BARBIERI, N. (2014). Cultura, políticas públicas y bienes comunes: hacia unas políticas de lo cultural. *kult-ur. Revista interdisciplinària sobre la cultura de la ciutat*, vol. 1, nº 1, 101-119.
- BOUZADA FERNÁNDEZ, X. (2007). As políticas culturais nas sete principais cidades galegas. Consultado em <http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=111>.
- CADIMA RIBEIRO, J. (2021). O intercâmbio económico Portugal-Galiza no período pós-integração europeia: fragmento do percurso realizado. In C. Pazos-Justo, M. J. Botana Vilar & Gabriel André (eds.), *Galiza e(m) nós. Estudos para compreensão do relacionamento cultural galego-português* (pp. 293-314). Famalicão: HUMUS/CEHUM.
- D'ABREU, J. (2021). O caminho português de Santiago. Como tudo começou... há cinco lustros. *Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!*, vol. 7, 101-107.
- EIXO ATLÂNTICO, (2017). Caminho de Santiago. *Estudos dos traçados no norte de Portugal*. Consultado em https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/download/964_91f791e93d5ed78c3a5eafdb497a4cd8.
- GONZÁLEZ, M. & Pereiro, X. (2021). Sinerxías entre as conexións aéreas de baixo custo no Porto e os visitantes e os peregrinos a Galicia. *Revista Galega de Economía*, 30 (3), 1-19, <http://dx.doi.org/10.15304/rge.30.3.7356>.
- HIDRIA, (2017). Estudo do Traçado do Caminho Português. In Eixo Atlântico (ed.). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Consultado em <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/2900-estudos-dos-tracados-no-norte-de-portugal>.
- LOIS GONZÁLEZ, R.C. & Lopez, L. (2012). El Camino de Santiago: una aproximación a su carácter polisémico desde la geografía cultural y el turismo. *Documents d'anàlisi geogràfica*, vol. 58, Nº 3, 459-479.

- LOPES, J. (2010). Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural. In M. Santos & J. Pais (Orgs.), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas* (pp. 51-61). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- LOZA, Rui (2015). *Estudo de viabilidade da candidatura a unesco do caminho português de santiago*. Consultado em <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/1778-estudo-de-viabilidade-da-candidatura-a-unesco-do-caminho-portugues-de-santiago>.
- MALET, D., Gago, A. & Cocola-Gant, A. (2018). Turismo, negocio inmobiliario y movimientos de resistencia en Lisboa, Portugal. In J. Mancilla & C. Milano (coords.). *Ciudad de vacaciones. Conflictos urbanos en espacios turísticos* (pp. 121-153). Barcelona: Pol.ien.
- MENDES, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, v. 19 n. 39, 479-512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>.
- PAZOS-JUSTO, C.; Del Río, M. & Samartim, R. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256.
- PAÜL I AGUSTÍ, D. (2013). Las políticas culturales y sus repercusiones en la imagen de la ciudad. *Scripta Nova*, Vol. XVII, n. 432, <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-432.htm>.
- COSTA, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, 175, 279-295.
- PONTE, G. N. da, Rama, M. C. del R. & Álvarez-García, J. (2016). O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 3, 106-122.
- RICHARDS, G. (2014). Tourism trends: The convergence of culture and tourism. Consultado em https://www.academia.edu/9491857/Tourism_trends_The_convergence_of_culture_and_tourism.
- RODRÍGUEZ MORATÓ, A. (2005). La reinención de la política cultural a escala local: el caso de Barcelona. *Sociedade e Estado*, vol. 20, 2, 351-377.
- RODRÍGUEZ MORATÓ, A. (2010). A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos. In M. L. Santos & J. Pais (orgs.). *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas* (pp. 37-50). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, X. M. (1999). Mitos y realidades del Xacobeo. *Boletín de la AGE*, 27, 103-117.
- SANTOS, X. M. (2006). El camino de santiago: Turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 18, 135-150.
- SILVA, M., Ribeiro, R., & Araújo, E. (2022). The tourist era in the city of Porto: Enchantment, suspension and (un)sustainability. In Z. Pinto-Coelho & H. Pires (Eds.), *The city of the senses, the senses in the city* (pp. 103-129). UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- SOARES, A. & Coelho, J. P. Coelho (2020). Gestão de crises na estrutura turística e cultural municipal: uma reflexão sobre os desafios e as imprevisibilidades do século XXI. In

- L.Mota Figueira & L. Oosterbeek (Eds.), *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: visões globais partilhadas / World Tourism, Health Crisis and Future: sharing perspectives*. [Tomar:] Instituto Politécnico de Tomar.
- SOMOZA, X. & Lois, R. C. (2017). Ordenación del Territorio y estrategias de planificación en los Caminos de Santiago Patrimonio Mundial. *Investigaciones Geográficas*, 68, 47-63. <https://doi.org/10.14198/INGEO2017.68.03>.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2011). Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Camiño: a invisibilidade da cultura como hipótese. In A.P. Lourenço & O.M. Silvestre (Eds.), *Literatura, espaços, cartografia* (pp. 391-449). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2014). Autor, texto e espaço geo-cultural mediatizado: processos de res-semantização, banalização e misturação de géneros em produtos sobre o Caminho de Santiago. In S. Quinteiro & R. Baleiro (Eds.). *Lit&Tour: Essays on Literature and Tourism* (pp. 291-310). VN Famalicão: Húmus.
- UNESCO, (1998). Plan de Acción de Políticas Culturales para el Desarrollo <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116393So.pdf> (28/06/2018).
- VILLARES, R. (2017). *Identidade e afectos patrios*. Vigo, Galaxia.
- VV.AA., (Eds.) (2017a). *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. Guia do Caminho*. Felprint. <http://www.cm-viana-castelo.pt/download/11760/c3497c5a727c799af7a9792c3ba2a61d>
- VV.AA., (Eds.) (2017b). *Caminho Português da Costa. Estudos*. [s.l.]: Felprint.